

PARÂMETROS SOCIOLINGÜÍSTICOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dante LUCCHESI*
Universidade Federal da Bahia/CNPq

RESUMO

A partir de uma reflexão teórica que retoma o conceito de norma lingüística no âmbito da teoria sociolingüística, busca-se desenvolver a formalização da visão acerca da polarização sociolingüística do Brasil. Resultados de análises de processos de variação e mudança no uso da regra de concordância verbal são discutidos para dar apoio a tal visão.

ABSTRACT

From a theoretical reflexion that brings back the concept of linguistics norm in the field of sociolinguistics theory, the attempt is to develop a formalization on the view about sociolinguistics polarization in Brazil. Results of analysis of variation process and the change in the use of verbal agreement will be discussed to give support to such view.

PALAVRAS-CHAVE

Português do Brasil, norma lingüística, variação e mudança lingüísticas, contato entre línguas, concordância verbal.

KEYWORDS

Brazilian Portuguese, linguistics norm, languages in contact, linguistics variation and change, verbal agreement.

1. Introdução

Com a formulação do conceito de *parâmetros sociolingüísticos*, buscamos desenvolver a formalização analítica da polarização lingüística do Brasil e de sua formação sócio-histórica, visão que temos defendido

ao longo dos últimos doze anos (Lucchesi, 1994, 1996, 1998, 2001 e 2002). Tal visão busca adequar a compreensão da língua brasileira à realidade social em que essa língua é usada. Nesse sentido, emerge com força avassaladora o fato de que, desde as suas origens até os dias atuais, a sociedade brasileira está profundamente dividida pelo grande fosso de uma absurda e degradante concentração de renda. Recentemente, a grande imprensa deu destaque aos resultados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, segundo a qual cerca de 1% dos brasileiros mais ricos (1,7 milhão de pessoas) detém uma renda equivalente à renda dos 50% mais pobres (86,5 milhões). Ainda segundo essa pesquisa, o Brasil é uma das nações mais socialmente injustas do planeta, sendo superada apenas por Serra Leoa, na África, no aspecto da desigualdade na distribuição de renda, em uma lista de 130 países. Essa terrível situação não tem passado ao largo da reflexão de lingüistas como Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 139), que, com sua habitual propriedade, chamou a atenção para o fato de que, no Brasil, os “20% da população mais pobre consomem [apenas] 2,1% da renda nacional, enquanto os 20% mais ricos apoderam-se de 67,7% dessa renda”. A exclusão social é o combustível da violência urbana que mergulha o país numa guerra civil não declarada, e a pujança dos poucos privilegiados nada mais é do que o produto do assalto sistemático e voraz aos recursos públicos, garantido pela impunidade que corrompe irremediavelmente as instituições e a institucionalidade. As imagens mais dramáticas desse descabro social nos afligem cotidianamente através das cenas de miséria, desamparo, brutalidade e privação dos direitos básicos da cidadania a que é submetida grande parte do povo brasileiro. Essa violenta clivagem social, de certo, produz uma igualmente significativa clivagem lingüística, não apenas nos padrões de uso da língua, mas sobretudo na avaliação social das variantes lingüísticas, que faz recair o pesado estigma dos estereótipos lingüísticos sobre as variantes de uso da língua do povo explorado e marginalizado.

Esse cenário desautoriza afirmações generalizantes acerca de uma realidade lingüística brasileira una e indivisível. Entretanto, abundam

nas análises lingüísticas afirmações genéricas sobre o português brasileiro que, abstraindo as clivagens sociais deste, projetam no todo processos específicos de um segmento ou, o que é mais impróprio, reúnem na formalização de um mesmo processo de mudança, eventos de estruturas sociolingüísticas distintas. A ausência de imprescindíveis clivagens sociais nas representações analíticas da realidade lingüística brasileira não se deve unicamente a uma alienação frente à realidade social e à história do país. Devem ser destacadas também as lacunas teóricas decorrentes da força da visão unitária de língua, que domina toda a história da reflexão sobre a linguagem, incluindo a grande maioria dos paradigmas da Lingüística Moderna.

A visão unitária de uma única língua que recobre as diferenças lingüísticas, tanto no plano diastrático das diferenças sociais, quanto no plano diatópico das diferenças regionais, fundamenta-se, para além dos influxos políticos, na perspectiva teórica que focaliza o funcionamento abstrato da língua circunscrito à sua função comunicativa, ou é tributária da teoria de uma competência lingüística que reflete os mecanismos mentais do funcionamento da faculdade da linguagem, abstraídas as condições concretas de uso da língua.

As pesquisas de campo de William Labov na década de 1960 (cf. Labov, 1972) e o seu corolário teórico, sistematizado no *Empirical Foundations for Theory of Language Change* – o texto programático da Sociolingüística Variacionista –, publicado em 1968,¹ abriram um profícuo caminho para a análise da dimensão sócio-histórica do fenômeno lingüístico e para a consideração da variação lingüística no funcionamento da língua e no seu processo histórico de constituição (Weinreich, Labov e Herzog, 1968). Um dos pilares dessa nova proposta foi a negação da homogeneidade como condição necessária para o funcionamento da língua e a necessidade de considerar os fatores sociais no seu processo de estruturação; ou seja, o sistema de funcionamento da língua não poderia ser analisado sem o recurso às condições sociais em que a atividade lingüística se atualiza. Contudo, esse modelo sempre esbarrou na limitação de não produzir uma teoria específica para o funcionamento estrutural do sistema

lingüístico, embora tenha se mostrado bastante profícuo no escrutínio dos mecanismos através dos quais as condições sociais afetam esse funcionamento estrutural e tenha desenvolvido análises bastante esclarecedoras de como os processos de variação no uso da língua desencadeiam mudanças em estruturas do sistema lingüístico (cf. Lucchesi, 2004).

Integrar na análise da estrutura lingüística, bem como nos processos de mudança que definiram a sua configuração atual, a complexidade da história social do Brasil, a violência de suas diferenças econômicas e a riqueza de seu mosaico étnico constitui o grande desafio teórico da Sociolingüística no Brasil. Buscamos contribuir para a solução desse grande quebra-cabeças trazendo o conceito de *norma lingüística*, gestado pelo modelo teórico do estruturalismo lingüístico, para o âmbito da Sociolingüística Variacionista. Tomamos como fundamento a visão laboviana segundo a qual a comunidade de fala não se define pela homogeneidade do comportamento lingüístico dos seus membros, mas pelo sistema de valores com que julga esse comportamento e pelas tendências estruturais de mudança lingüística impulsionadas na rede de relações sociais.

A identificação de distintos sistemas de avaliação social de variantes lingüísticas e processos independentes de variação e mudança dentro do cenário lingüístico brasileiro foi o fundamento da visão de uma realidade lingüística brasileira polarizada, distinguindo, como unidades autônomas de análise, os padrões de comportamento lingüístico dos segmentos funcionalmente escolarizados, que ocupam o topo da pirâmide social, frente às variedades lingüísticas da grande maioria da população brasileira, alijada da educação e demais direitos sociais. Define-se, assim, uma oposição entre uma *norma lingüística culta* e uma *norma lingüística popular*, ou *vernacula*, no grande e complexo diassistema do português brasileiro. Vale ressaltar que essa distinção é pertinente tanto para a atual configuração estrutural da realidade lingüística do país quanto para o processo sociolingüístico da sua formação histórica.

Portanto, visando reunir as bases para uma melhor compreensão da realidade lingüística brasileira, serão perseguidos, ao longo deste texto, os seguintes objetivos:

- 1) organizar os elementos que permitam integrar o conceito de norma lingüística no arcabouço teórico da sociolingüística variacionista;
- 2) traçar um panorama da formação sociolingüística do Brasil, tendo em conta a sua polarização; e
- 3) apresentar evidências empíricas da polarização da realidade sociolingüística brasileira através de análises variacionistas da concordância verbal.

Adotando o método dedutivo, parte-se dos pressupostos teóricos gerais para se compreender melhor os fatos empíricos particulares, buscando, ao final, alcançar a síntese dialética entre os fatos particulares e o todo.

2. Fundamentos teóricos da polarização da realidade lingüística brasileira

Com base no exposto até aqui, assume-se que a caracterização da realidade lingüística brasileira não pode ser feita a partir da abstração dos processos sócio-históricos que determinaram a formação da sociedade brasileira. Em textos anteriores (Lucchesi, 1994, 1998, 2001, 2002 e 2004), buscamos lançar as bases para uma concepção polarizada da história sociolingüística do Brasil, ressaltando o fato de que, desde o início da colonização até a Proclamação da República, enquanto uma reduzida elite concentrada nos incipientes centros urbanos guardava uma profunda fidelidade aos modelos de uso da língua provenientes de Portugal, nas imensidões do interior do Brasil grandes contingentes de índios aculturados e negros africanos adquiriam a língua portuguesa em condições as mais precárias; e essa língua segunda defectiva se ia convertendo em modelo para a nativização do português entre os

descendentes mestiços e endógamos desses segmentos, desencadeando profundas alterações na gramática da língua portuguesa assim adquirida, socializada e nativizada. Constitui-se, assim, o processo histórico de formação das duas grandes normas do português brasileiro: a *norma culta*, derivada do uso lingüístico de uma elite escolarizada, e a *norma popular*, que emerge do uso da grande maioria da população do país, desprovida de educação formal e dos demais direitos da cidadania, com os previsíveis reflexos na língua da pluralidade étnica que está na base da sociedade brasileira. Por outro lado, temos chamado a atenção para o desenvolvimento de processos paralelos, e até certo ponto convergentes, de mudança na gramática que se observam nessas duas grandes normas consideradas independentemente.

A formalização analítica desses processos paralelos de desenvolvimento no interior de uma mesma gramática em face de condições sócio-históricas distintas pode contribuir de forma significativa para o conhecimento da relação dialética entre o processo de estruturação da gramática de uma língua e o desenvolvimento histórico das suas condições de uso. O caminho que vislumbramos é aquele em que uma concepção sócio-histórica da língua busca integrar uma teoria do funcionamento de sua gramática, que nada mais é do que o fundamento de toda a atividade lingüística. A possibilidade de subverter descrições e relações definidas em análises puramente formais, feitas a partir da abstração das condições concretas de uso da língua, ratifica os princípios teóricos da Sociolingüística Variacionista, sem negar o potencial heurístico das análises formalistas.

Segundo uma perspectiva sociolingüística, o objeto de estudo da análise lingüística é a *gramática da comunidade de fala*, entendida como sistematização indutiva dos padrões coletivos de comportamento lingüístico de uma dada coletividade (cf. Labov, 1982). A definição dos limites da comunidade de fala esbarra nos mesmos obstáculos que a Lingüística tem enfrentado na definição dos limites sócio-históricos do seu objeto de estudo, desde que Saussure tentou definir os limites da *língua*; sendo que nem a mútua inteligibilidade revelou-se um parâmetro

confiável. A novidade da formulação laboviana (1974) é a de tomar não a semelhança entre o comportamento lingüístico dos indivíduos para definir os limites da comunidade de fala, e sim a avaliação subjetiva dos usos lingüísticos que seria comum aos indivíduos de uma mesma comunidade. Dessa forma, uma comunidade de fala se define por um sistema comum de avaliação dos usos lingüísticos, ou seja, um padrão lingüístico ideal que orienta o comportamento de todos os seus membros. Por outro lado, como essa avaliação social das variantes lingüísticas está intimamente associada às propensões das mudanças em curso na comunidade de fala, esta também se definiria pelas tendências das mudanças lingüísticas em curso.

Em um texto publicado inicialmente em 1994 (e depois em 1996), buscamos resgatar o conceito de *norma lingüística*, formulado inicialmente no âmbito do Estruturalismo, para resolver o problema teórico decorrente do fato de ocorrerem divergências no sistema de avaliação subjetiva das variantes lingüísticas entre os membros de uma mesma comunidade de fala, fato este reconhecido pelo próprio Labov (1974). Sobressai nesse ponto uma fragilidade do modelo teórico, pois, a rigor, as diferenças no sistema de avaliação subjetiva das variantes lingüísticas deveriam determinar uma nova divisão da comunidade de fala em comunidades distintas². Porém, como consideramos que a fluidez dos limites sócio-históricos das comunidades de fala humanas constitui, em princípio, um problema teórico insuperável, assumimos a possibilidade teórica de se estabelecer algo como comunidades menores dentro do conjunto maior da comunidade lingüística; ou, em outro termos, sistemas lingüísticos dentro de um grande *diassistema* que definiria os limites máximos da comunidade de fala; daí a justificativa do resgate do conceito de *norma lingüística* no seio do modelo teórico da Sociolingüística Variacionista.

Em sua concepção mais básica, o conceito de *norma lingüística* remete a um determinado padrão coletivo de comportamento lingüístico dentro de uma mesma comunidade de fala. Tomando-se como base o sistema de avaliação subjetiva das variantes lingüísticas e as tendências de mudança, a proposição de normas lingüísticas distintas dentro de uma mesma

comunidade de fala decorreria da possibilidade de se identificar, no seio dessa comunidade, sistemas de avaliação social da variação lingüística diferenciados, associados a processos independentes de mudança lingüística. A formulação dessa visão aplicada à realidade lingüística brasileira não derivou de generalizações sucessivas de observações empíricas, mas foi formulada dedutivamente como uma hipótese de trabalho. Não obstante o seu caráter dedutivo, tal visão estava fundamentada em características da formação histórica do português brasileiro e de outras visões acerca da realidade sociolingüística do Brasil contemporâneo.

3. Indícios da polarização da realidade lingüística brasileira

A idéia de uma formação polarizada da realidade lingüística brasileira foi esboçada, já na década de 1950, por Serafim da Silva Neto, da seguinte maneira:

Dos princípios da colonização até 1808, e daí por diante com intensidade cada vez maior, se notava a dualidade lingüística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente dos índios, negros e mestiços da colônia. (1963, p. 88-89)

Buscamos desenvolver essa visão destacando a subordinação das elites da Colônia e do Império aos modelos advindos de Portugal, em contraste com as profundas transformações sofridas pela gramática da língua portuguesa na fala da grande maioria da população do país, formada por africanos, índios aculturados e seus descendentes mestiços e endógamos, que adquiriam o português como língua materna a partir de um modelo defectivo: o português precariamente adquirido como segunda língua por seus pais (Lucchesi, 1998, 2001, 2002 e 2004).

Nesse sentido, o cenário que caracteriza o período da colonização do Brasil, desde meados do século XVI até o início do século XIX, pode ser descrito sumariamente da seguinte maneira:

O Brasil foi, no decurso de mais de três séculos, um vasto país rural. Suas cidades e vilas, quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, nenhuma influência exerciam nas longínquas e esparçadas povoações no interior. (Cunha, 1985, p. 17)

Nesse universo, temos, de um lado, os pequenos centros urbanos, onde se situavam os órgãos da administração colonial, sob forte influência cultural e lingüística da Metrópole. A elite colonial era naturalmente bastante zelosa dos valores europeus, buscando assimilar e preservar ao máximo (o que é previsível nessas situações) os modelos de cultura e de língua vindos d'além-mar. Desse quadro temos o significativo testemunho do cronista Pero de Magalhães Gândavo, que, em 1618, define o Brasil como "academia onde se aprendia o bom falar" (*apud* Silva Neto, 1963, p. 76). Esse caráter conservador e a influência dos padrões europeus sobre o antecedente histórico da atual variedade culta do português brasileiro perdurarão até depois de proclamada a Independência, em 1822, pois, mesmo durante o século XIX, os professores de língua portuguesa nos colégios eram, em sua maioria, oriundos de Portugal (Cunha, 1970).

A outra vertente da formação da língua no Brasil fincou suas raízes no interior, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial. Fora dos reduzidos centros da elite, nas mais diversas regiões, o português era levado não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala rude e plebéia dos colonos pobres. Além disso, a língua portuguesa era adquirida nas situações as mais precárias pelos índios aldeados e escravos, que muitas vezes preferiam se comunicar entre si, usando uma língua franca africana. Sob essas ásperas condições, a língua portuguesa se foi disseminando entre a população pobre, de origem predominantemente indígena e africana, nos três primeiros séculos da história do Brasil.

Diferentemente do que afirmam alguns estudiosos, há vários registros históricos de processos potenciais de crioulização da língua portuguesa no Brasil. Já no século XVII, dispomos deste texto perspicaz de Padre Antônio Viera

(...) falam [as nações asiáticas] a língua portuguesa, mas cada uma a seu modo, como no Brasil os de Angola, e os da terra (...) A língua portuguesa tem avesso e direito: o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais (...) Eram línguas partidas, não só porque eram muitas línguas, senão porque eram línguas e meias línguas: meias línguas, porque eram meio portuguesas e meio de todas as outras nações que as pronunciavam e as mastigavam a seu modo. (*apud* Silva Neto, 1988, p. 600):

Para o século XIX, temos o testemunho dos viajantes estrangeiros. Em 1821, Saint-Hilaire “notara que os negros conservavam qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias... o que é uma das características dos falares crioulos”. Em 1868, “o viajante inglês Burton, meticoloso e honesto observador, diz que os escravos negros de Morro Velho falavam luso-hamítico” (Silva Neto, 1963, p. 109).

Mas como essas situações de contato afetaram a estrutura da língua portuguesa falada no Brasil? Acreditamos que não se desenvolveu no Brasil, de forma representativa, uma variedade crioulista da língua portuguesa, como aconteceu, por exemplo, no arquipélago de Cabo Verde e nas Ilhas de São Tomé e Príncipe. Porém, acreditamos que o contato entre línguas desencadeou importantes mudanças na estrutura das variedades da língua portuguesa que viriam a se desenvolver nos segmentos da base da sociedade brasileira, através do que denominamos processo de *transmissão lingüística irregular* (Lucchesi, 2003).

Em linhas gerais, esse conceito remete àquelas situações em que uma grande população de adultos falantes de línguas diversas precisam aprender uma segunda língua emergencialmente em situações precárias de sujeição, como as que ocorreram com a escravização de índios e, sobretudo, de africanos, ao longo dos três primeiros séculos da história do Brasil. O código de comunicação emergencial que se forma nesse contexto é caracterizado por uma drástica redução nos mecanismos gramaticais da língua alvo (no caso, o português), sobretudo, em suas regras de concordância nominal e verbal, que não veiculam um conteúdo informacional específico. Como esse código de comunicação emergencial acabou por se impor sobre as línguas nativas dos índios e escravos africanos,

servindo de modelo para a aquisição da língua materna de seus descendentes, é previsível que os reflexos dessa redução gramatical se façam sentir nas variedades da língua portuguesa que se formaram nessa situação.

Portanto, os dois grandes vetores da polarização sociolingüística do Brasil podem ser sumarizados da seguinte maneira: de um lado, uma norma culta derivada dos padrões lingüísticos da elite da Colônia e do Império; e de outro, as variedades populares do português brasileiro, marcadas por um conjunto de mudanças estruturais induzidas pelo contato entre línguas, através do processo de *transmissão lingüística irregular*. A consideração desse cenário polarizado é crucial para a compreensão dos grandes processos de mudança em curso no século XX, os quais vão definir as feições atuais da realidade lingüística brasileira (cf. Lucchesi, 2001).

A transformação do Brasil, no século XX, em um país capitalista e monopolista tem como os seus principais vetores a industrialização e a urbanização da sociedade brasileira. No plano lingüístico, o êxodo rural promoveu a conversão de uma ampla variação diatópica em uma profunda variação diastrática. Na complexa realidade sociolingüística assim constituída, não é possível identificar uma única tendência de mudança, pois como demonstram Naro e Scherre (1991, p. 9):

a comunidade de fala pode estar caminhando em diversas direções, no sentido que alguns grupos de falantes podem estar no processo de aquisição de forma enquanto outros estão, ao mesmo tempo, perdendo a forma. Alguns grupos podem estar ainda estáveis, mostrando padrões típicos de variação estável, de tal forma que para eles não há, portanto, processo de mudança em curso.

Essa generalização baseia-se em análises sociolingüísticas da comunidade de fala da cidade do Rio de Janeiro, feitas nas décadas de 1970 e 1980 (Naro, 1981; e Scherre, 1988), que não lograram definir tendências gerais claras associadas à estratificação social da comunidade³. Isso pode ser explicado, entre outras razões possíveis, em função das

dificuldades metodológicas decorrentes do imenso desafio de escrutinar os padrões de comportamento lingüístico, sistemas de avaliação social de variantes lingüísticas e tendências de variação e mudança em uma extremamente complexa comunidade de fala urbana formada por vários milhões de indivíduos.

Portanto, o grande desafio é tentar vencer os obstáculos metodológicos e deslindar tendências gerais, cujo valor heurístico possibilitará uma compreensão mais esclarecedora da realidade lingüística brasileira atual. Um dos caminhos seria o da confrontação de grupos sociais muito distintos, de modo que as eventuais diferenças lingüísticas entre eles se tornem mais nítidas. Análises sociolingüísticas realizadas nos últimos anos parecem indicar tendências de mudança em curso em comunidades de fala rurais (cf. Nina, 1980; Vieira, 1997; e Baxter, Lucchesi e Guimarães, 1997) em face de um cenário de variação estável nas comunidades de fala urbanas (cf. Scherre e Naro, 1997). Esse quadro se coaduna de alguma forma com a visão proposta por Lucchesi (1998 e 2001) de que, enquanto a norma urbana culta se estaria afastando dos padrões normativos de matiz europeu, a norma popular estaria mudando em direção aos padrões urbanos cultos (ou semicultos).

Procederemos, então, a uma sistematização de resultados de análises variacionistas que fundamentam empiricamente a polarização da formação histórica e da estrutura atual da realidade lingüística brasileira. Focalizaremos as análises que tomaram por objeto a concordância verbal, um dos tópicos da gramática do português brasileiro em que se verifica um dos mais significativos processos de variação.

4. A variação na concordância verbal no português brasileiro

A indicação da pessoa do sujeito na morfologia verbal no português brasileiro (PB) vem sofrendo profundas alterações, em um processo complexo que reúne um conjunto de mudanças lingüísticas independentes e provavelmente de naturezas distintas, em função das igualmente distintas correlações sociolingüísticas subjacentes a cada uma dessas mudanças.

Cabe mais uma vez, aqui, tentar compreender cada um desses processos particulares de mudança, ao invés de se falar de um único movimento de simplificação.

Em primeiro lugar, certas mudanças na pauta dos pronomes pessoais sujeito têm eliminado algumas distinções, sobretudo no que se refere à segunda pessoa do discurso, mas não somente. A substituição do pronome *vós* pelo pronome *vocês* é a mais consolidada, recobrando toda a área brasileira e grande parte do território português; excetuando-se aí áreas rurais do Norte mais conservador. Seguiu-se a substituição do *tu* pelo *você*, que é majoritária no Brasil, mas não aconteceu no português europeu (PE), em que a distinção no nível de formalidade no tratamento, efetivada pela escolha entre esses dois pronomes, tem um valor simbólico que guarda uma grande vitalidade sociocultural. Portanto, na grande maioria do território brasileiro, essas mudanças determinaram a perda de uma marca específica da segunda pessoa na morfologia verbal, como se pode ver no quadro a seguir.

QUADRO 1

A perda das marcas de 2ª pessoa na morfologia verbal decorrente de mudanças na pauta dos pronomes pessoais no português brasileiro

Norma Padrão	PE	PB
eu trabalho tu trabalhas	eu trabalho tu trabalhas/ você trabalha	eu trabalho você trabalha
ele trabalha	ele trabalha	ele trabalha
nós trabalhamos	nós trabalhamos	nós trabalhamos
vós trabalhais	vocês trabalham	vocês trabalham
eles trabalham	eles trabalham	eles trabalham

A substituição do pronome *nós* em função da gramaticalização da expressão nominal *a gente* na função de pronome pessoal sujeito, que ganha força ao longo do século XX (cf. Lopes, 1999), praticamente

eliminou as distinções de pessoa no PB, já que os morfemas verbais para a primeira pessoa só ocorrem em três tempos do indicativo – como se pode ver na exemplificação apresentada no Quadro 2.

QUADRO 2

A perda das marcas flexionais de pessoa na morfologia verbal no português brasileiro, com a substituição do *nós* pelo *a gente*

Presente	Pret. Imperf.
eu trabalho	eu trabalhava
você trabalha	você trabalhava
ele trabalha	ele trabalhava
a gente trabalha	a gente trabalhava
vocês trabalham	vocês trabalhavam
eles trabalham	eles trabalhavam

Note-se que a única marca de pessoa remanescente, a da primeira pessoa, não se mantém na maioria dos tempos verbais; ao tempo em que a marca de número, feita por meio do morfema de plural *-m*, se enfraquece, pois não figura na 1ª pessoa do plural⁴.

Desde o estudo clássico de Naro (1981), ganhou força a idéia de que o enfraquecimento fonético do segmento nasal final embutido na deriva secular da língua portuguesa estaria conduzindo a uma erosão do morfema de plural nas formas verbais. A implementação desse processo progressivo de simplificação morfológica combinada com as mudanças na pauta pronominal aqui esquematizadas poderia conduzir a uma eliminação total da flexão verbal de pessoa e número, com claras conseqüências para o nível de realização do sujeito pronominal, como já observado por Duarte (1993 e 1995). O Quadro 3 retrata como a perda do morfema de plural *-m* praticamente eliminaria a flexão de pessoa e número do verbo no PB; ficando esta restrita à manutenção do morfema de 1ª pessoa do singular nos tempos em que é usado:

QUADRO 3

A perda das marcas flexionais do verbo no português brasileiro,
com uma eventual eliminação do morfema de número

Presente	Pret. Imperf.
eu trabalho	eu trabalhava
você trabalha	você trabalhava
ele trabalha	ele trabalhava
a gente trabalha	a gente trabalhava
vocês trabalha(m)	vocês trabalhava(m)
eles trabalha(m)	eles trabalhava(m)

Porém, há fortes evidências de que esse processo, que aqui é apresentado provocativamente como geral do PB, não corresponde ao conjunto de processos de mudança que afetaram a concordância verbal no Brasil, mas apenas a alguns desses processos específicos, que são apresentados como gerais do PB, sem o ser.

Em primeiro lugar, o nível de variação na concordância verbal de número, realizada por meio do morfema de plural *-m*, é extremamente baixo na chamada norma urbana culta, ou seja, nos padrões de comportamento lingüístico de falantes urbanos com alto grau de escolaridade – objeto de estudo do pioneiro Projeto NURC. A pesquisa de Graciosa (1991), realizada sobre a amostra do Projeto NURC do Rio de Janeiro da década de 1970, revela um nível de variação em torno de cinco pontos percentuais na flexão verbal da 3ª pessoa do plural. E, no que denominamos aqui como norma semiculta, ou seja, os padrões de comportamento lingüístico de falantes urbanos com um a doze anos de escolaridade, esse nível de variação sobe para pouco mais de vinte por cento, como nos demonstram o estudo de Scherre e Naro (1997), feito sobre o *corpus* do PEUL, no Rio de Janeiro, e o de Monguilhott e Coelho (2002), feito sobre um *corpus* da cidade de Florianópolis, no âmbito do VARSUL.

Nesse cenário de falantes urbanos escolarizados, a não aplicação da regra de concordância verbal está fortemente condicionada por fatores sintáticos; nomeadamente, a posposição do sujeito com verbos inacusativos. Na norma urbana culta, a posposição do sujeito faz com que o nível de variação na concordância salte de quatro para trinta e cinco por cento (Graciosa, 1991, p. 71). A mesma relação se verifica na norma urbana semiculta. Em Florianópolis, a posposição do sujeito faz com que a não aplicação da regra de concordância salte de 16 para 48% (Monguilhott e Coelho, 2002, p. 199), enquanto que, no Rio de Janeiro, chega a impressionante marca de 74% de não concordância (Scherre e Naro, 1997, p. 103), como se pode ver na Tabela 1, a seguir:

TABELA 1
Influência da posposição do sujeito no nível de variação na concordância verbal no comportamento lingüístico de falantes urbanos escolarizados

	NURC-RJ			PEUL-RJ			VARSUL		
POSIÇÃO	Ocor.	Freq.	P.R.	Ocor.	Freq.	P.R.	Ocor.	Freq.	P.R.
Posposição	6/17	35%	.91	144/194	74%	.92	123/255	48%	.87
Outras posições	14/319	4%	.50	649/3017	22%	.49	209/1328	16%	.42
TOTAL	20/336	6%		1263/4632	27%		332/1583	21%	

Ocor. = Ocorrências; Freq. = Frequência

Esses dados comprometem a idéia de que a mudança teria uma origem fonética no enfraquecimento da nasalidade do segmento vocálico final, tendo-se expandido depois, por analogia, para os contextos em que o plural é indicado por outras alterações mórficas. É significativo contrastar o nível de variação quando o plural é marcado pelo morfema *-m* com o nível de variação nas formas em que o plural é indicado de maneira distinta, como, por exemplo, em: *diz/dizem*; *fez/fizeram*; *(es)tá/(es)tão*; *él/são* etc., conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2
Realização da concordância verbal de número segundo a marca mórfica de plural*

MORFEMA	Rio de Janeiro (PEUL)			Florianópolis (VARSL)		
	Ocorrências	Frequência	P.R.	Ocorrências	Frequência	P.R.
-m Ex.: <i>canta(m)</i> , <i>come(m)</i>	1.361/2.229	61%	.27	663/903	73%	.24
<i>Alia</i> Ex.: <i>fez/fizeram</i> , <i>é/sã</i> , etc.	2.008/2.403	84%	.56	588/680	86%	.60
TOTAL	3.369/4.632	73%		1.251/1.583	79%	

* Resultados extraídos de Monguilhott e Coelho (2002, p. 195), para a cidade de Florianópolis, e de Scherre e Naro (1997, p. 97), para a cidade do Rio de Janeiro.

Note-se que a diferença na aplicação da regra de concordância entre as formas flexionadas com a nasalidade e as formas que requerem outros morfemas é inferior a 20%, na média entre as duas cidades, passando de 67% para 85%; em contrapartida, a aplicação da regra cai em 42%, na média entre as duas cidades, quando ocorre a posposição do sujeito, passando de 81% para 39%. Se a mudança tivesse se iniciado a partir do enfraquecimento fonético da nasalidade, seria natural que a diferença relativa à indicação mórfica da nasalidade fosse maior do que a diferença decorrente do contexto sintático da posição do sujeito, mas o que ocorre é exatamente o contrário. Note-se ainda que a influência do traço semântico [+/- humano] na análise variacionista da amostra de Florianópolis, em termos percentuais, corresponde exatamente ao dobro da diferença mórfica⁵.

Esses dados apontam para um quadro em que a variação na concordância verbal de número no português, nesse caso, tenha sido determinada, em suas origens, pela posição do sujeito relacionada à inacusatividade verbal; e essa variação pode ter sido intensificada por um eventual processo de enfraquecimento fonético da nasalidade do segmento final, na norma culta do PB. Nesse sentido, na norma culta do PB, parece

ter tido prosseguimento e, de fato, ter se intensificado um processo de variação que teria as suas origens no português arcaico, em Portugal, como indica a análise de Naro e Scherre (2000), segundo a qual os fatores que influenciariam a variação na concordância verbal de número seriam muito semelhantes nas duas sincronias⁶. Por outro lado, deve-se levar em consideração como um fator muito relevante para uma eventual intensificação da variação na concordância verbal na norma culta, as pressões vindas de baixo, provenientes do contato com falantes das classes populares, onde o nível de variação é muito mais elevado.

5. A variação na concordância verbal nas variedades populares do português brasileiro

Se nas normas urbanas culta e semiculta pode-se, então, pensar que uma tendência à variação na marcação de número na flexão verbal se intensificou em função de condições sócio-históricas específicas, nas variedades populares do PB, em cuja formação histórica abundam situações de multilingüismo (cf. Mattos e Silva, 2000 e 2004), pode-se pensar em um outro processo de mudança. A(s) norma(s) popular(es) do PB (NP-PB) formaram-se ao longo dos primeiros séculos da colonização do Brasil, a partir da aquisição precária do português por índios aculturados e escravos africanos e da socialização e nativização desse modelo defectivo de segunda língua entre os seus descendentes endógenos e mestiços. Uma das características inerentes a situações desse tipo é a redução da morfologia flexional do nome e do verbo; sendo um traço virtualmente universal das línguas crioulas a ausência de morfemas de gênero, número e pessoa (cf. Lucchesi, 1999 e 2003). Portanto, pode-se pensar que houve um processo de redução da morfologia verbal de pessoa e número na formação histórica das NP-PB, em função do processo de transmissão irregular desencadeado pelo contato entre línguas, independentemente do processo de substituição dos pronomes pessoais e de qualquer tendência latente de variação na marcação de número no verbo, determinada, quer por contextos sintáticos favorecedores, quer

por um eventual enfraquecimento fonético do morfema de número. Tanto é assim que a redução na flexão verbal, na fala popular, ocorre mesmo quando se mantêm em uso os pronomes *tu* e *nós*, como se pode ver no Quadro 4.

QUADRO 4

A variação na concordância verbal na norma popular ou vernácula

eu trabalho
você ~ tu trabalha
ele trabalha
nós ~ a gente trabalha ~ trabalhamos(s)
vocês trabalha ~ trabalham
eles trabalha ~ trabalham

Outra evidência de que a redução na morfologia flexional de pessoa e número do verbo nas variedades populares do português brasileiro decorre do contato entre línguas, independentemente de qualquer tendência estrutural latente, vem da análise da fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. As análises de Baxter e Lucchesi (1993 e 1995) sobre a variação na concordância verbal envolvendo a 1ª pessoa do singular na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, situada no extremo sul do estado da Bahia, reúnem evidências empíricas favoráveis a essa hipótese. A pesquisa de campo de Carlota Ferreira (1984), realizada na década de 1960 nessa comunidade, identificou indícios de um processo de criouliização na sua formação. E as análises de Baxter e Lucchesi revelaram que a variação na concordância verbal atinge até a 1ª pessoa do singular, diferentemente do que ocorre na maioria das variedades populares do PB, mesmo no interior do país, como se pode ver no Quadro 5.

QUADRO 5

A variação na concordância verbal na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia (Ba)

<i>eu trabalho ~ trabalha</i> <i>tu ~ você trabalha</i> <i>ele trabalha</i> <i>nós ~ a gente trabalha ~ trabalhamos(s)</i> <i>vocês trabalha ~ trabalham</i> <i>eles trabalha ~ trabalham</i>
--

Nesse caso, pode-se pensar que o processo de transmissão lingüística irregular decorrente da nativização do português entre os descendentes dos escravos africanos levados para a localidade teria produzido um processo de variação intenso que atingiria todo o paradigma de flexão do verbo, chegando, em alguns casos, a praticamente eliminar qualquer morfologia de pessoa e número. Deve-se destacar que esse processo que atinge também as demais variedades populares do PB ocorre independentemente da substituição dos pronomes pessoais sujeito, tanto que construções como *tu foi* e *nós vai* são bastante comuns na fala popular brasileira, sendo observadas também em Helvécia.

Porém, ao longo do século XX, o uso dos morfemas de pessoa e número teria sido incrementado nos padrões de comportamento lingüístico da comunidade de Helvécia em função da crescente influência externa, através do aumento do deslocamento de indivíduos, da influência dos meios de comunicação de massa e da escolarização (cf. Lucchesi, 1998, 2001 e 2002). A Tabela 3 a seguir (extraída de Baxter e Lucchesi, 1995) apresenta evidências empíricas favoráveis a essa visão:

TABELA 3

A variação na aplicação da regra de concordância verbal com a 1ª pessoa do singular na comunidade de Helvécia (Ba), segundo a variável faixa etária

Faixa Etária	Ocorrências/Total	Frequência	Peso Relativo
20 a 40 anos	1017/1060	96%	.80
40 a 60 anos	787/920	86%	.51
mais de 60 anos	752/1154	65%	.21
TOTAL	2.556/3.134	82%	—

Note-se que o nível de variação é mais alto entre os membros mais velhos da comunidade de fala, chegando a 35% de falta de concordância entre os falantes de mais de 60 anos. E essa falta de concordância vai diminuindo progressivamente à medida que se passa para as faixas mais jovens, em um padrão indicador de uma mudança em progresso no sentido da implementação do uso do morfema de 1ª pessoa do singular em toda a comunidade.

Essa tendência ao incremento do uso de morfemas de pessoa e número do verbo também não se restringe à comunidade afro-brasileira de Helvécia. Em sua análise sociolingüística da variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural em três comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, Silva (2003) encontrou um quadro semelhante, como se pode ver na Tabela 4.

TABELA 4

A variação na concordância verbal com a 3ª pessoa do plural em três comunidades rurais afro-brasileiras do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária

Faixa Etária	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Faixa I (20 a 40 anos)	141/634	22%	.62
Faixa II (41 a 60 anos)	85/602	14%	.48
Faixa III (61 em diante)	47/470	10%	.36

Como se pode ver, a frequência de uso do morfema flexional aumenta progressivamente quando se passa das faixas etárias mais velhas para as mais novas, indicando um processo de incremento da concordância verbal nas comunidades rurais afro-brasileiras. E essa tendência de incremento da regra de concordância verbal de número também se verifica em comunidades de fala rurais que não têm uma ligação direta com o contato entre línguas, como revela a análise sociolingüística de Vieira (1997, p. 128-129) de comunidades de pescadores no norte do Estado do Rio de Janeiro. Nessas comunidades o nível de aplicação da regra de concordância também aumenta entre os falantes mais jovens em relação ao uso lingüístico dos mais velhos. O mesmo cenário também foi observado no estudo de Terezinha Nina (1980), realizado com falantes analfabetos de dez municípios do interior do Estado do Pará, na região norte do país. Nina analisou a concordância nominal e verbal numa amostra de 47 horas de “entrevistas livres”, e obteve os seguintes resultados relativamente à distribuição da variação na concordância verbal pelas faixas etárias dos informantes.

TABELA 5
Aplicação da regra de concordância verbal entre falantes
rurais analfabetos do Estado do Pará, segundo a variável faixa etária

Faixa Etária	Aplicações pelo Total de Ocorrências	Porcentagem
53 a 65 anos	437/1.293	33,79%
36 a 45 anos	981/2.317	42,33%
20 a 29 anos	1.715/2.805	61,14%

Fonte: Nina, 1980, p. 138.

Portanto, pode-se postular que, no processo de formação das variedades populares do PB, houve uma erosão de toda a morfologia flexional de pessoa e número do verbo em um grau de intensidade maior ou menor, em função de cada situação sociolingüística específica (considerando-se, sobretudo, o grau de contato lingüístico), e que, ao longo do século XX, o uso dessa morfologia teria sido incrementado, pelo menos, entre as

variedades rurais da(s) NP-PB. Essa tendência de aumento no nível de concordância verbal na(s) NP-PB contrasta com os indícios de tendência de queda no nível de aplicação da regra de concordância apresentados por Graciosa (1991) para a norma urbana culta e com o quadro de variação estável apresentado por Scherre e Naro (1997) para a norma urbana semiculta. Essas tendências até certo ponto convergentes de variação e mudança podem ser visualizadas na tabela a seguir e na sua representação gráfica:

TABELA 6
Tendências de mudança na concordância verbal em
diversas variedades do português brasileiro

VARIEDADE DO PORTUGUÊS DO BRASIL	FAIXA ETÁRIA		
	IDOSOS	ADULTOS	JOVENS
Norma urbana culta (NURC-RJ/ Graciosa, 1991)	98%	93%	93%
Norma urbana semiculta (PEUL/ Scherre e Naro, 1997, p. 107)	70%	80%	71%
Português popular rural (Nina, 1980, p. 138)	34%	42%	61%
Comunidades rurais Afro-brasileiras (Silva, 2003)	10%	14%	22%

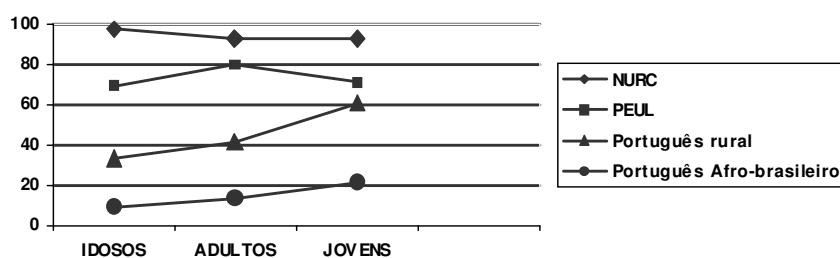


Gráfico 1 - Tendências de mudança na concordância verbal em diversas variedades do português brasileiro

Note-se ainda que os sistemas de avaliação social das variantes lingüísticas também são divergentes nas duas normas. Entre os falantes urbanos escolarizados, a ausência de concordância é claramente estigmatizada (excetuando apenas os contextos de posposição do sujeito com verbos inacusativos). Já nas comunidades rurais, o uso da concordância verbal seria apenas um *indicador*, sendo maior entre os indivíduos com alguma escolarização e que têm mais contato com os padrões lingüísticos adventícios, sem que se perceba uma clara variação estilística. Em alguns segmentos populares, sobretudo nos centros urbanos, pode ocorrer a variação estilística, o que faria da concordância verbal um *marcador*, mas dificilmente ocorre a avaliação negativa aberta da falta de concordância entre os segmentos populares da sociedade brasileira⁷.

A confirmação desse quadro por meio de análises empíricas do problema da avaliação social das variantes lingüísticas no PB, juntamente com as tendências paralelas de mudança já demonstradas pelas análises aqui referidas, conduziria a um cenário claro de polarização da realidade lingüística brasileira, na forma como temos defendido, particularmente no que concerne à concordância verbal.

6. Conclusão

Essa análise de processos distintos, porém interligados, de variação e mudança no PB faz aflorar a complexidade do panorama sociolingüístico do Brasil, em que sistemas diferenciados de avaliação social das variantes lingüísticas se combinam com processos independentes de mudança na estrutura da língua.

No caso aqui apresentado da concordância verbal, o quadro parece ser bem nítido. Nos segmentos da população brasileira que gozam dos direitos da cidadania e possuem um grau de escolaridade elevado, o estigma que recai sobre a ausência da regra de concordância inibe tendências latentes de simplificação na estrutura morfosintática da língua. Já entre os segmentos da base da pirâmide social, observa-se um quadro amplo de variação cuja origem estaria no processo de transmissão

lingüística irregular, desencadeado pelas situações de contato do português com as línguas africanas e indígenas presentes na formação histórica das variedades populares do PB. Esse tipo de situação teria produzido uma grande erosão da morfologia verbal, sobretudo nas comunidades de fala do interior do país. Ao longo do século XX, a crescente influência dos padrões lingüísticos urbanos teria incrementado o uso da regra de concordância verbal na(s) NP-PB. O crescente prestígio da aplicação da regra de concordância entre os segmentos populares faria com que essa variante se convertesse em um marcador social, desencadeando um processo de variação estilística, à medida que os falantes menos escolarizados fossem adquirindo a consciência do valor social de uso da regra de concordância. Portanto, a ligeira queda na freqüência de aplicação da regra de concordância entre os falantes urbanos escolarizados, ou mesmo um quadro de variação estável, contrasta com uma tendência de incremento do uso da concordância verbal entre os segmentos populares, impulsionada pelo crescente prestígio do uso da regra nesses segmentos.

A sistematização que aqui se propõe refuta uma unidade artificial do PB, destacando a relação entre as diferenças na estrutura social e os diferentes padrões de comportamento lingüístico no país. Acreditamos que tal visão fornece elementos para uma melhor compreensão do quadro atual da realidade sociolingüística brasileira, ao tempo em que reúne bases empíricas para avanço da teoria acerca da relação dialética entre a estruturação lingüística e o desenvolvimento histórico da sociedade em que a língua é usada. No que concerne especificamente à realidade brasileira, devemos ter em mente que a clivagem sociolingüística aqui revelada nada mais é do que o reflexo de uma injusta e inadmissível divisão da sociedade brasileira. Portanto, ao não virar as costas para a partição da sociedade brasileira, esta análise se junta às vozes que denunciam a concentração de riqueza, a espoliação do povo trabalhador e a exclusão social, militando para que políticas efetivas de distribuição da renda e de promoção da justiça social venham a acabar com todos os fossos que dividem e corrompem a sociedade brasileira.

Notas

- * Dante Lucchesi é professor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do CNPq. Autor do livro *Sistema, Mudança e Linguagem* (Editorial Parábola), coordena o Projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia* (www.vertentes.ufba.br).
- 1 Indicamos ao leitor brasileiro a obra traduzida para o português, publicada com o título *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo, Parábola, 2006.
- 2 Para uma outra reflexão sobre o tema, veja-se também Guy (2000).
- 3 Cf. Naro e Scherre (1991, p. 9): “Todavia, a diversidade de direções não é refletida por qualquer tipo de separação social entre os grupos, que estão em interação face-a-face e continuam a participar da variação lingüística corrente.”
- 4 Em Portugal, a gramaticalização do *a gente* também tem vitalidade, mas não chega a comprometer a marcação morfológica de pessoa e número, em função da força do paradigma flexional do verbo no PE; de modo, que não é raro ouvir-se em Lisboa frases do tipo: “A gente trabalhamos muito ontem.”
- 5 Na amostra de Florianópolis, a frequência de aplicação da regra de concordância verbal de número é de 84% com SN’s com o traço semântico [+humano] e de 58% com SN’s com o traço semântico [-humano]; a diferença entre os dois fatores é, portanto, de 26% (cf. Monguilhott e Coelho, 2002, p. 202); exatamente o dobro dos treze pontos percentuais observados em relação à diferença mórfica. Não dispomos dos resultados relativos ao traço semântico [+/- humano] para a amostra do Rio de Janeiro.
- 6 Entretanto, o nível de variação de menos de um ponto percentual encontrado por Naro e Scherre em suas análises sobre textos do português antigo podem levar ao seguinte questionamento: esse nível irrisório de variação não poderia ser melhor analisado como acidentes de performance, não se configurando, portanto, um processo efetivo de variação estruturada? Assim sendo, não haveria base empírica para se postular alguma origem européia de processos de variação na concordância verbal em qualquer variedade do português brasileiro.
- 7 Para a definição de *indicadores*, *marcadores* e *estereótipos* sociolingüísticos, veja-se Labov (1974), Tarallo e Alkmin (1987, p. 60-74) e Lucchesi (1994), entre outros.

Referências

- BAXTER, Alan N.; LUCCHESI, Dante. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*, v. 2, p. 59-71, 1993.
- BAXTER, Alan N.; LUCCHESI, Dante. A variação na concordância verbal com a 1ª pessoa do singular como parte do processo de descrioulização do dialeto de Helvécia-Ba. Comunicação apresentada à 47ª Reunião Nacional da SBPC, São Luís-Ma, 1995.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; GUIMARÃES, Maximiliano. Gender agreement as a decreolizing feature of the Afro-Brazilian rural dialect of Helvécia. *Journal of Pidgin and Creole Language*, n. 12, v. 1, p. 1-57, 1997.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- DUARTE, Maria Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.
- DUARTE, Maria Eugênia L. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Lingüística), UNICAMP, Campinas, 1995.
- FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota *et al.* *Diversidade do Português do Brasil*. Salvador: UFBa, p.1984. p. 21-32.
- GRACIOSA, Diva. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação (Mestrado em Lingüística), UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

GUY, Gregory. A identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões da variação lingüística. *Organon*, n. 28/29, p. 17-32, 2000.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA, M.; NEVES, M. (Org.). *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LABOV, William. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

LOPES, Célia R. dos S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese (Doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, n. 12, p. 17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. Variação, mudança e norma: a questão brasileira. In: CARDOSO, Suzana A. M. (Org.). *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 69-80.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM, 1998. p. 73-100.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, Bahia, UEFS, n. 3, p. 73-100, 1999.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, n. 17, v. 1, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o Processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 272-84.

LUCCHESI, Dante. Grandes territórios desconhecidos. *Lingüística (ALFAL)*, São Paulo, n. 14, 2004 [2002], p. 191-222, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 11-27, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia *Ensaio para a sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MONGUILHOTT, Isabel; COELHO, Izete. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 189-216.

NARO, Anthony. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, n. 57, v. 1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 20, p. 9-16, 1991.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWHORTER, John (Ed.). *Language change and language contact in pidgins and creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 235-255.

NINA, Terezinha. *Concordância nominal/verbal do analfabeto na Microrregião Bragantina*. Dissertação (Mestrado em Lingüística), PUC-RS, Porto Alegre, 1980.

SCHERRE, Marta. *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese (Doutorado em Lingüística), UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, Marta; NARO, Anthony. A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística), UFBA Salvador, 2003.

SILVA NETO, Serafim da [1951]. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SILVA NETO, Serafim da [1957]. *História da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

VIEIRA, Sílvia. A não concordância em dialetos populares: uma regra variável. *Grafos*, João Pessoa, n. 2, v. 1, p. 115-34, 1997.

WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of language change. In: LEHMANN, P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press: 1968. p. 95-188.